



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA)

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia referentes a **manutenção e adequação predial, preventiva, corretiva e de modernização das edificações e praças utilizadas por esta Administração**, mediante o regime empreitada por preço global, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços serão prestados/executados, nas edificações cujos dados estão discriminados no quadro abaixo, com a devida estimativa dos respectivos custos:

LOTE Nº 01 – IMÓVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE, LAZER, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS	LOCALIZAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)	VALOR ESTIMADO
				(R\$)
1.1	Esc. Mun. de Educ. Básica Durvalina Cardoso Pontes	Rua Manoel Medeiros Aquino, São José	1237,5	R\$ 199.992,38
1.2	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Ciência e Tecnologia	Av. Dr. Otávio Cabral, 668 - A	295,93	R\$ 47.825,25
1.3	Anexo da EMEB Maria Nepomuceno Marques	Povoado Areia Branca	390	R\$ 63.027,90
1.4	Esc. Mun. de Educ. Básica Maria Nepomuceno Marques	Povoado Areia Branca	894,48	R\$ 144.556,91
1.5	EMEB Iracema Salgueiro Silva	Av. Martins Vieira	1.279,20	R\$ 206.731,51
1.6	EMEB Branca de Neve	R. Delmiro Gouveia	44	R\$ 7.110,84



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1.7	Esc. Mun. de Educ. Básica Santa Sofia.	Rua Santa Sofia	799,22	R\$ 129.161,94
1.8	Anexo Esc. Mun. de Educ. Básica Santa Sofia.	Rua Santa Sofia, Nº 961	99	R\$ 15.999,39
1.9	Esc. Mun. de Educ. Básica São Cristóvão	Rua Santo Inácio	1.093,71	R\$ 176.754,47
1.10	Esc. Mun. de Educ. Básica Senhora Santana	Rua Alto da Boa Vista	1.573,57	R\$ 254.304,65
1.11	Esc. Mun. de Educ. Básica Maria José de Carvalho	Rua Vereador José Franciscp de Carvalho, Lagoa do Junco	346,57	R\$ 56.009,18
1.12	Esc. Mun. de Educ. Básica Maria Ferreira de Melo	Bebedouro	289,72	R\$ 46.821,65
1.13	Esc. Mun. De Educ. Básica José Francisco de Andrade	Av. Pref. Joel Marques	617,11	R\$ 99.731,15
1.14	Esc. Mun. de Educ. Básica Des. Manoel Xavier Acioly	R. Cícero B. Soares	258,95	R\$ 41.848,91
1.15	Creche Santa Quitéria	Rua Prefeito Joel Marques	333,35	R\$ 53.872,69
1.16	Anexo Creche Santa Quitéria	Rua da Praia	16,49	R\$ 2.664,95
1.17	Creche Francisco José Araújo de França	Rua Elaine Guimarães	166,6	R\$ 26.924,23
1.18	Esc. Mun. de Educ. Básica Francisca Angélica de Assis.	Sit. Lagoa dos Morais.	294,78	R\$ 47.639,40
1.19	Esc. Mun. de Educ. Básica Flávio Aquino Melo	Sit. Gameleira	240	R\$ 38.786,40



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1.20	Esc. Mun. de Educ. Básica Benedito Melo	Sit. Serra da Lagoa	246	R\$ 39.756,06
1.21	Esc. Mun. De Educ. Básica Maria do Carmo Oliveira Araújo	Pov. Areia Branca	240	R\$ 38.786,40
1.22	Anexo Esc. Mun. de Educ. Básica Maria do Carmo Oliveira Araújo	Pov. Areia Branca	184,5	R\$ 29.817,05
1.23	Esc. Mun. de Educ. Básica Frei Damião	Sit. Jaqueira	111,69	R\$ 18.050,22
1.24	Esc. Mun. de Educ. Básica Manoel Joaquim da Silva	Sit. Cajarana	60	R\$ 9.696,60
1.25	Esc. Mun. de Educ. Básica Monsenhor Capitulino	Sit. Jaqueira	143,96	R\$ 23.265,38
1.26	Esc. Mun. de Educ. Básica Dep. Antonio Ferreira de Andrade.	Sit. Serrote Severiano	165,92	R\$ 26.814,33
1.27	Esc. Mun. de Educ. Básica Francisco Rosendo.	Sit. Queimada do Rio.	254	R\$ 41.048,94
1.28	Esc. Mun. de Educ. Básica Profª. Sônia Pereira da Silva	Sit. Serrote do Amparo.	284,9	R\$ 46.042,69
1.29	Esc. Mun. de Educ. Básica Antônio Rodrigues Damasceno.	Pov. Olho D'Água do Amaro.	606,5	R\$ 98.016,47
1.30	Esc. Mun. de Educ. Básica Marcelino Conrado de Menezes.	Sit. Remetedeira	101,76	R\$ 16.445,43
1.31	Esc. Mun. de Educ. Básica Professor Enéas Araújo	Sit. Remetedeira	97,2	R\$ 15.708,49
1.32	Esc. Mun. de Educ. Básico Venâncio Rodrigues Damasceno	Sit. Lajes dos Barbosa.	153,85	R\$ 24.863,70
1.33	Esc. Mun. de Educ. Básica Militão Damasceno.	Sit. Lajes dos Barbosa.	297	R\$ 47.998,17
1.34	Esc. Mun. de Educ. Básica Brigadeiro Ribeiro	Sit. Barroso	103,2	R\$ 16.678,15



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1.35	Esc. Mun. de Educ. Básica São João Batista.	Sit. Água Fria	85,46	R\$ 13.811,19
1.36	Esc. Mun. de Educ. Básica Cleodon Teodósio	Sit. Camoxinga dos Teodósio.	601,6	R\$ 97.224,58
1.37	Esc. Mun. de Educ. Básica Major Barros Rego	Sit. Barra do Tigre	68,9	R\$ 11.134,93
1.38	Esc. Mun. de Educ. Básica José João do Nascimento	Sit. Pau Ferro	68,9	R\$ 11.134,93
1.39	Esc. Mun. de Educ. Básica Conego Luiz Cirilo Silva	Sit. Cedro do Gurgi	84,15	R\$ 13.599,48
1.40	Esc. Mun. de Educ. Básica Ver. João Francisco Cavalcante	Pov. São Félix	1014,67	R\$ 163.980,82
1.41	Esc. Mun. de Educ. Básica Dr. Djalma de Melo Carvalho	Sit. Araçá	155,55	R\$ 25.138,44
1.42	Esc. Mun. de Educ. Básica Sen. Arnon De Melo	Sit. Caracol	265,3	R\$ 42.875,13
1.43	Esc. Mun. de Educ. Básica Sebastiana Damasceno Araújo.	Sit. Riachão	129	R\$ 20.847,69
1.44	Esc. Mun. de Educ. Básica Ulisses Silva	Sit. Pedra Rica	161,7	R\$ 26.132,34
1.45	Esc. Mun. de Educ. Básica Rita Francisca de Jesus.	Sit. Óleo	265,3	R\$ 42.875,13
1.46	Esc. Mun. de Educ. Básica São Raimundo.	Sítio São Raimundo	135	R\$ 21.817,35
1.47	Esc. Mun. de Educ. Básica Santa Cecília	Sítio Balança	80	R\$ 12.928,80
1.48	Esc. Mun. de Educ. Básica Ismael Fernandes de Oliveira	Pov. Pedra D'Água dos Alexandres.	536,97	R\$ 86.779,72
1.49	Esc. Mun. de Educ. Básica Cheops Rêgo De	Sit. Alto Do Tamanduá.	72,46	R\$ 11.710,26



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	Miranda.			
1.50	Esc. Mun. de Educ. Básica Jandira Vieira	Sítio Gameleira	140,23	R\$ 22.662,57
1.51	Esc. Mun. de Educ. Básica Nossa Senhora de Lourdes	Sítio Poço da Pedra	119	R\$ 19.231,59
1.52	Esc. Mun. de Educ. Básica Major Darci de Araújo Melo	Sítio Cajueiro	143,12	R\$ 23.129,62
1.53	Casa Da Cultura	Rua Coronel Lucena Maranhão, N° 196	566,55	R\$ 91.560,15
1.54	Museu Darras Noya	Praça Manoel Rodrigues da Rocha, S/N° - Centro	215,8	R\$ 34.875,44
1.55	Biblioteca José Pereira Monteiro	Pov. Areia Branca	25	R\$ 4.040,25
1.56	Unidade Sesi - Indústria Do Conhecimento – Escola Senhora Santana	Rua Alto da Boa Vista	208,86	R\$ 33.753,86
1.57	Depósito de Merenda	Av Nossa Senhora de Fátima	125	R\$ 20.201,25
1.58	Creche do Óleo	Povoado do Óleo	775,85	R\$ 125.385,12
1.59	Quadra São Cristóvão	Rua Gilmar Pereira de Queiroz	612,26	R\$ 98.947,33
1.60	Quadra Santa Sofia	Travessa Santa Sofia	612,26	R\$ 98.947,33
1.61	Quadra Senhora Santana	Rua Coronel Lucena Maranhão	612,26	R\$ 98.947,33
TOTAL ÁREA CONSTRUÍDA e TOTAL (R\$)			21.201,81	R\$ 3.426.424,51
BDI (26,43%)				R\$ 905.604,00
VALOR GLOBAL				R\$ 4.332.028,51

LOTE Nº 02 – IMÓVEIS DA SECRETARIA DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS	LOCALIZAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)	VALOR ESTIMADO
				(R\$)
2.1	Base Descentralizada do SAMU	Rua José Adilson Silva, nº 639	113,31	R\$ 18.312,03
2.2	Centro de Especialidades Odontológicas – CEO	Rua Santos Inácio	170,1	R\$ 27.489,86



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2.3	Unidade Básica de Saúde Baraúna	Rua Gilmar Pereira de Queiroz Sn , Bairro Camuxinga	278,55	R\$ 45.016,47
2.4	Unidade Básica de Saúde Floresta	Rua Abdias Teodósio – Sn, Bairro Floresta	278,55	R\$ 45.016,47
2.5	Unidade Básica de Saúde da Lagoa do Junco	Av. Lagoa do Junco	278,55	R\$ 45.016,47
2.6	Unidade Básica de Saúde de Januário Paraibano	Jaqueira	278,55	R\$ 45.016,47
2.5	Unidade Básica de Saúde São José	Rua José Soares Campos , Bairro São José	274,86	R\$ 44.420,12
2.6	Farmácia Popular do Brasil	Praça São Cristovão- Sn, Bairro Camuxinga	73,77	R\$ 11.921,97
2.7	Centro de Assistência Psicossocial - CAPS	Rua Eliane Guimarães, 343	129,91	R\$ 20.994,76
2.8	Unidade Básica de Saúde São Pedro	Rua José Ricardo Sobrinho – Sn, Bairro São Pedro	319,94	R\$ 51.705,50
2.9	Unidade Básica de Saúde Areia Branca I	Povoado Areia Branca – Zona Rural	256,2	R\$ 41.404,48
2.10	Unidade Básica de Saúde Areia Branca II	Rua do Asfalto - Povoado Areia Branca	278,55	R\$ 45.016,47
2.10	Casa da Mulher	Rua da Baraúna	366,58	R\$ 59.242,99
2.11	Centro de Diagnóstico José Abdon Malta	Rua da Baraúna	381,1	R\$ 61.589,57



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2.12	Centro de Reabilitação Amaro Caetano dos Santos	Rua José Adilson da Silva, s/n – Bairro Domingos Acássio	246,5	R\$ 39.836,87
2.14	Centro de Saúde Dra. Maria Zilda Rêgo	Rua Santo Inácio	466,49	R\$ 75.389,45
2.15	Vigilância Sanitária	Rua Coronel Lucena Maranhão	200	R\$ 32.322,00
2.17	Secretaria Municipal de Saúde	Praça São Cristovão- Sn, Bairro Camuxinga	1.948,87	R\$ 314.956,88
2.18	Posto de Saúde de Jaqueira	Sítio Jaqueira – zona rural	76,14	R\$ 12.304,99
2.19	Posto de Apoio Serrote do Severiano	Sítio Serrote do Severiano – funciona em uma escola municipal	32,19	R\$ 5.202,23
2.21	Unidade Básica de Saúde Barriguda	Sítio Barriguda – zona rural	109,25	R\$ 17.655,89
2.22	Posto de Saúde Lage dos Barbosa	Sítio Lage dos Barbosa – zona rural	72	R\$ 11.635,92
2.23	Posto de Saúde Olho D'Água do Amaro	Povoado Olho D'Água do Amaro – zona rural	217,5	R\$ 35.150,18
2.24	Posto de Saúde Remetedeira	Sítio Remetedeira –zona rural	67,5	R\$ 10.908,68
2.25	Unidade Saúde da Família Camuxinga I	Sítio Camuxinga – zona rural	74,67	R\$ 12.067,42
2.26	Posto de Saúde Camuxinga II	Sítio Camuxinga – zona rural	86,24	R\$ 13.937,25
2.29	Posto de Saúde Mucambo	Sítio Mucambo – zona rural	53,2	R\$ 8.597,65
2.30	Unidade Saúde da Família São Félix	Povoado São Félix – zona rural	189	R\$ 30.544,29
2.31	Centro de Atenção Psicossocial Dra. Consuelo Figueiredo de Mariz	Trav. Lagoa do Junco	650,64	R\$ 105.149,93



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2.32	Unidades de Acolhimento Feminina	Trav. Lagoa do Junco	326,2	R\$ 52.717,18
2.33	Unidade de Acolhimento Masculina	Trav. Lagoa do Junco	326,2	R\$ 52.717,18
2.35	Unidade Básica de Saúde de Lagoa	Trav. Maurício Amâncio (Lajedo Grande)	299,42	R\$ 48.389,27
TOTAL ÁREA CONSTRUÍDA e TOTAL (R\$)			7.397,81	R\$ 1.287.823,22
BDI (26,43%)				R\$ 340.371,68
VALOR GLOBAL				R\$ 1.628.194,90

LOTE Nº 03 – IMÓVEIS DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, PATRIMÔNIO E DE LOGISTICA DE BENS DE CONSUMO E SERVIÇOS E DE OUTRAS SECRETARIAS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS	LOCALIZAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)	VALOR ESTIMADO
				(R\$)
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, PATRIMÔNIO E DE LOGISTICA DE BENS DE CONSUMO E SERVIÇOS				
3.1	Sede Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema	Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Centro	790	R\$ 127.671,90
3.2	IBGE	Rua Ministro José Américo de Almeida, S/N	300	R\$ 48.483,00
3.3	Posto de Identificação, Setor de Compras e Junta Militar	Rua Coronel Lucena, nº 126, Centro	302,9	R\$ 48.951,67
3.4	Secretaria de Pólo/UFAL - Campus Sertão	Rua Vereador Abdon Marques, nº 34, Monumento	236,74	R\$ 38.259,55
3.5	Almoxarifado Central	Rua Coronel Lucena Maranhã, Nº148	124,66	R\$ 20.146,30



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO				
3.6	Sede da Secretaria	Av. Nossa Senhora de Lourdes Nº 476 - Monumento	300	R\$ 48.483,00
3.7	Sede do CRAS	Rua Artur Vanderlei Nº 16 - Camoxinga	240	R\$ 38.786,40
3.8	Sede do CREAS	Rua São Pedro Nº 522 – São Pedro	186,1	R\$ 30.075,62
3.9	Sede do Conselho Tutelar	Rua Luiz Antônio Pereira Silva Nº 131 - Maracanã	166,6	R\$ 26.924,23
3.10	Núcleo SCFV (Antigo PETI)	Rua Projetada S/N, próximo Escola Maria Ferreira de Melo	35	R\$ 5.656,35
3.11	Núcleo SCFV (Antigo PETI)	Povoado Óleo	40	R\$ 6.464,40
3.12	Núcleo SCFV (Antigo PETI)	Grupo Espírita André Luiz	120,9	R\$ 19.538,65
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS				
3.13	SEDE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	AV. Dr. ARSENIO MOREIRA 505	123,9	R\$ 20.023,48
3.14	MERCADO DE CARNES	R. TERTULIANO NEPOMUCENO-CENTRO nº 61	942,53	R\$ 152.322,27
3.15	PRÉDIO DO COMPRADO DA AGRICULTURA FAMILIAR	R. GILMAR PEREIRA DE QUEIROZ S/N	60	R\$ 9.696,60
3.16	MATADOURO DE OVINOS E CAPRINOS	AL 130, em frente ao Parque de Exposição	986,7	R\$ 159.460,59



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.17	MATADOURO DE AVES	AL 130, em frente ao Parque de Exposição	299,4	R\$ 48.386,03
3.18	MERCADO DE CEREAIS	RUA MARINITA PEIXOTO NOIA S/N	755,72	R\$ 122.131,91
SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, CONTROLE E DESENVOLVIMENTO URBANO				
3.19	Sede Secretaria de Obras	BR 316, S/N	1.703,92	R\$ 275.370,51
3.20	SMTT	Rua Domingos Acácio, 62	309,09	R\$ 49.952,03
TOTAL ÁREA CONSTRUÍDA e TOTAL (R\$)			8.024,16	R\$ 1.296.784,50
BDI (26,43%)				R\$ 342.740,14
VALOR GLOBAL				R\$ 1.639.524,64

LOTE Nº 04 –PRAÇAS E CANTEIROS			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)	VALOR ESTIMADO
			(R\$)
4.1	Praça São Pedro	515,52	R\$ 33.325,27
4.2	Praça Adelson Isaac de Miranda	1.481,78	R\$ 95.788,19
4.3	Praça Frei Damião	314,16	R\$ 20.308,56
4.4	Praça São José	1.558,30	R\$ 100.734,75



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4.5	Praça Antônio Risadinha	216,64	R\$ 14.004,48
4.6	Praça em frente a CASAL	114,18	R\$ 7.381,05
4.7	Praça Rotary	74,48	R\$ 4.814,69
4.8	Praça São Cristóvão	610,76	R\$ 39.481,97
4.9	Praça Santa Luzia	79,14	R\$ 5.115,93
4.10	Praça da Rua Nossa Senhora de Fátima (Por trás do Asa Branca)	189,04	R\$ 12.220,30
4.11	Praça Senador Enéas Araújo	1.801,61	R\$ 116.463,28
4.12	Praça do CPA – Quadra do Ginásio	60,41	R\$ 3.905,14
4.13	Praça Adeílto Nepomuceno	336,20	R\$ 21.733,31
4.14	Praça da Rua da Poeira	379,76	R\$ 24.549,21
4.15	Centro de Convivência Cônego José Bulhões	9.980,39	R\$ 645.172,33
4.16	Canteiro da Santa Sofia (Em frente ao Estádio Municipal)	235,47	R\$ 15.221,72
4.17	Praça de Lajeiro Grande	119,23	R\$ 7.707,50



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4.18	Praça do Malabim	137,72	R\$ 8.902,77
4.19	Canteiro da Pancrácio Rocha	752,52	R\$ 48.645,90
4.20	Canteiro da AABB	1.032,74	R\$ 66.760,44
4.21	Canteiro do Centro de Reabilitação	106,68	R\$ 6.896,22
4.22	Praça da Delegacia	503,05	R\$ 32.519,16
4.23	Praça da Quadra São Cristóvão	78,02	R\$ 5.043,52
4.24	Praça da Toca	295,06	R\$ 19.073,86
4.25	Praças de Areias Branca	4.526,42	R\$ 292.605,89
4.26	Praça do Óleo	965,76	R\$ 62.430,59
4.27	Praça de São Félix	229,61	R\$ 14.842,91
4.28	Praça do Toco	231,79	R\$ 14.983,83
TOTAL ÁREA CONSTRUÍDA e TOTAL (R\$)		26.926,44	R\$ 1.740.632,79
BDI (26,43%)			R\$ 460.049,24
VALOR GLOBAL			R\$ 2.200.682,03

1.3. O valor estimado para os **LOTES 01, 02 E 03** tomou como base o Custo Unitário Básico da Construção Civil em Alagoas (CUB/AL) no mês de **DEZEMBRO/2022**, na proporção de **10%** (dez por cento) para a estimativa de gastos com os serviços de engenharia referentes a **manutenção e adequação predial, preventiva, corretiva e de modernização das edificações.**

1.4. O valor estimado o **LOTE 04** acima tomou como base o Custo Unitário Básico da Construção



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Civil em Alagoas (CUB/AL) no mês de **DEZEMBRO/2022**, na proporção de **4%** (quatro por cento) para a estimativa de gastos com os serviços de engenharia referentes a **manutenção e adequação das praças e canteiros**.

1.5. Os valores consignados neste Termo de Referência para fins de balizamento das propostas são meramente estimativos, não ensejando a obrigatoriedade de a Administração realizar serviços que atinjam a totalidade do valor estimado, ficando o pagamento vinculado aos serviços efetivamente executados.

1.6. Considerando a similaridade da natureza dos serviços, e com a finalidade de viabilizar um melhor gerenciamento dos serviços prestados, evitando o desperdício de recursos e buscando minimizar os riscos e/ou comprometimento da qualidade de julgamento desses serviços, agrupou-se as atividades em lotes, sendo utilizado como critério de julgamento o valor total.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a contratação dos serviços de manutenção e adequação predial face a insuficiência de recursos materiais e humanos nessa Administração para eventuais reformas, pequenos reparos e adaptações na estrutura física das nossas edificações, visando manter as instalações adequadas a um ambiente seguro e conservado, proporcionando saúde, segurança e bem-estar não somente aos servidores, mas também à toda a comunidade que utiliza os serviços prestados por esta Administração.

2.2. Assim, em razão dessa insuficiência, surgiu a concepção da formulação de um contrato que possibilite a execução das atividades preferencialmente de serviços de manutenção predial, de conservação, de adaptações das instalações, de demolições, de consertos, de reparações.

2.3. Neste sentido, o setor de engenharia realizou planejamento para a contratação de empresa de engenharia para a exclusiva realização dos presentes serviços, por meio de lavratura de ordens de serviços e seu respectivo pagamento após medição e confirmação dos resultados alcançados. Adotou-se como parâmetro de composição dos preços unitários o sistema SINAPI.

2.4. Dessa forma, o custo global dos serviços será obtido pela soma dos custos unitários de insumos ou serviços, que deverão ser iguais ou menores que seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal.

2.5. A adoção como referência de preços está alinhada de acordo com a composição de preços unitários obtidos no SINAPI e que sejam menores ou iguais aos valores constantes no respectivo sistema, aplicando o desconto ofertado e acrescido do percentual do BDI.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

2.5.1. Adotar-se-á o último preço disponível no SINAPI, vigente à época da lavratura do contrato, mantendo-se inalterado durante o período de 12 meses, após o que poderá haver o reajustamento nos termos previstos no Termo de Contrato.

2.6. Poderão ainda ser utilizadas as bases de preço fixadas pelos órgãos estaduais responsáveis por obras e serviços de engenharia ou pelo mercado na área da construção civil, com indicação da fonte de consulta, quando menores do que as da Caixa Econômica Federal ou não houver no SINAPI.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns de engenharia, o que possibilita a utilização da modalidade licitatória Pregão, nos termos da Súmula nº 257 do TCU.

3.2. Os serviços a serem contratados constituem-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do Órgão, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. VISTORIA

4.1. A realização de vistoria é facultativa, observados os regramentos previstos no Edital.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

5.1. Os valores estimados para a contratação pretendida servirão como balizamento para julgamento da licitação, cabendo ao CONTRATANTE a definição e a estipulação dos quantitativos totais dos serviços a serem executados durante a vigência do contrato, sempre fundamentado por estudos de viabilidade técnica, não estando o CONTRATANTE obrigado a executá-los totalmente, ou, podendo ainda, fazer supressões e compensações dos valores entre as diversas unidades prediais, bem como acréscimos, observando para isto, o limite máximo do valor global contratado, a disponibilidade orçamentária e as regras estabelecidas na legislação, neste instrumento e seus anexos.

5.2. Entenda-se como unidades utilizadas pela Administração qualquer edificação, própria ou de terceiros, onde são prestados os serviços e desenvolvidas as atividades administrativas, conforme relação constante no quadro do item 1.2 deste Termo de Referência.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5.3. Qualquer nova edificação, própria ou de terceiros, que vier a ser inserida no rol das edificações em uso pela Administração durante a vigência do contrato, o integrarão automaticamente da mesma forma e custo por metro quadrado, e as edificações porventura excluídas estarão fora do contexto da contratação.

5.4. Entendam-se como serviços de manutenção predial, as atividades de manutenção executadas antes (manutenção preventiva) ou após (manutenção corretiva) à ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação.

5.5. Entenda-se como conservação, as atividades de desempenho técnico destinadas a preservar as características de desempenho técnico dos componentes da edificação.

5.6. Entendam-se como adaptações de instalações, consertos, reparações e manutenção predial, bem como para as demais definições dos serviços a serem executados, constantes neste instrumento e seus anexos, as terminologias, recomendações, procedimentos e orientações constantes no Manual de Obras Públicas-Edificações, práticas da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio – SEAP e Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI.

5.7. Entendam-se como serviços de engenharia, segundo a Orientação Técnica – IBRT 02/2009, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, toda atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir.

5.8. Nas contratações de serviços comuns de engenharia o objetivo preponderante é a mão de obra, onde não existirão modificações significativas, de modo que, face a dificuldade de precisar o nível percentual de intervenção, que seja analisado caso a caso, dentro da conveniência administrativa típica ao gestor público, que deverá ser razoável, ou seja, adotar sua conduta dentro dos parâmetros comuns da experiência, pois, pela pouca representatividade na diferença entre obra e serviço, conforme discrimina a Lei, não parece possível que se consolide um conceito geral, sem elementos concretos que permitam a justificativa do conceito adotado.

5.9. Os serviços serão autorizados por meio de Ordem de Serviços e seus valores serão obtidos na Tabela SINAPI vigente, com abrangência nacional, localidade Maceió, vínculo nacional Caixa e subsidiariamente com conveniado, mediante aplicação do desconto ofertado, acrescido do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas.

5.10. A execução dos serviços será iniciada após o recebimento da Ordem de Serviços pela Contratada, cujas etapas observarão o cronograma respectivo.

5.11. As Ordens de Serviços serão acompanhadas de Planilha Orçamentária elaboradas à luz da realidade contratual (SINAPI – desconto contratado + BDI contratado), projetos (se for o caso), registros fotográficos, e demais documentos que se julgar necessário.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

5.12. É expressamente vedada, por meio do contrato decorrente da licitação realizada com base neste Termo de Referência, a construção de novas unidades prediais.

5.13. Se porventura, durante a execução contratual for necessária a execução de serviços não constantes no SINAPI, estes terão como referência para a formação de preços o sistema ORSE do Governo de Sergipe ou ainda mediante a realização de pesquisa do mercado para a confecção de composição de preços unitários próprios. Qualquer que seja a fonte de pesquisa de preços adotada, será aplicado o desconto ofertado, acrescido do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas.

5.14. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha e qualidade ou similares (mesma qualidade técnica), e estarem de acordo com as especificações que serão elaboradas pela fiscalização e com os materiais já utilizados nas instalações.

5.15. No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações do CONTRATANTE, ou, em não havendo mais aquela marca no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), a substituição deverá ocorrer por material de critério (parâmetros qualitativos) de desempenho igual ou superior.

5.16. Antes da aplicação de quaisquer materiais, estes deverão ser submetidos à apreciação da fiscalização, principalmente no caso de materiais similares em qualidade técnica.

5.17. Os serviços de manutenção deverão ser realizados sob a forma de prestação continuada ou intermitente, programada ou eventual por equipes operacionais, definidas para o tipo de atividade desenvolvida ou para a solução de situações específicas, todas supervisionadas por profissionais de nível superior que assumirão a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

5.18. A Contratada deverá providenciar o fornecimento de toda a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos, necessários à prestação dos serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, em conformidade com especificações, normas técnicas e demais condições constantes deste Termo de Referência.

5.19. Todos os profissionais serão alocados pela futura empresa contratada, apenas por ocasião da realização dos serviços programados e após sua conclusão retornam à sede da empresa contratada ou ao seu local de origem, não havendo, portanto, qualquer vínculo com esta Administração.

5.20. A Contratada deverá disponibilizar, quando solicitada, profissionais qualificados para atender as demandas consideradas críticas, relacionadas com as atividades descritas nos itens 5.4, 5.5 e 5.6. Entendam-se como demandas críticas aquelas situações que caracterizem uma necessidade iminente da realização de qualquer serviço, decorrente de acidentes, incidentes ou a ocorrência de qualquer imprevisto que gere qualquer prejuízo ou perigo e exijam rápida



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

intervenção por parte do contratado no sentido de eliminar as causas dos respectivos problemas. Estes serviços serão pagos em planilha própria, por unidade predial, com a devida comprovação da solicitação.

5.21. Todos os empregados da Contratada deverão desenvolver suas atividades devidamente uniformizados, exceção feita ao engenheiro.

5.22. Os empregados da Contratada deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados às suas atividades, bem como estarem permanente e devidamente uniformizados de forma condizente com sua circulação nos ambientes do Contratante.

5.23. Deverá ser providenciada a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, específica para o objeto deste contrato, do responsável técnico pela execução dos serviços conforme dispõe o Art. 1º da lei 6496/77 e Art. 3º da Resolução nº 307/86 – CONFEA, assim como a cada serviço de maior complexidade indicado pela contratante.

5.24. Se durante a vigência contratual houver troca do responsável técnico, este fato deverá ser previamente informado à Fiscalização e será providenciada nova ART ou RRT, conforme disciplina a Resolução nº 307/86 – CONFEA.

5.25. A Contratada deverá se submeter aos controles de programação ou de supervisão e fiscalização de serviços na forma apresentada pela Fiscalização, tais como os Diários de Manutenção, Controles de acesso e de presença das equipes, controles de emprego de materiais ou outros, e cronograma dos serviços demandados.

5.26. A Contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato, profissionais com bons requisitos de qualificação.

5.27. A Contratada deverá indicar o seu representante (preposto) perante o Contratante.

5.28. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá a verificação dos serviços executados para fins de recebimento.

5.29. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

5.29.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

5.30. O recebimento dos serviços contratados será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

5.30.1. O recebimento do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

5.31. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6. MEDIÇÕES

6.1. As medições dos serviços serão realizadas, pela Fiscalização, mediante solicitação expressa da Contratada, que deverá elaborar e apresentar, impresso e em mídia magnética ou ótica, relatório mensal de manutenção composto pelas planilhas de serviços efetivamente prestados no período. A nota fiscal correspondente a medição deverá ser encaminhada a fiscalização acompanhada de:

6.1.1. demonstrativo, detalhando os itens medidos conforme planilha de preços;

6.1.2. comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais.

6.2. A remuneração será realizada sempre com base nos serviços efetivamente realizados no período. A última medição será realizada somente após recebimento provisório dos serviços, salvo nos casos que por motivos comprovadamente alheios à CONTRATADA e em que a demora na obtenção de documentos venha a reter de modo prejudicial à remuneração devida.

6.3. No caso dos serviços não estarem em conformidade com o contrato, o Fiscal impugnará as respectivas etapas, discriminando através de termo as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

6.4. À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo, posteriormente, a etapa(s) impugnada(s) a nova verificação do Fiscal do Contrato.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com a legislação em vigor;

7.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

7.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, **quando for o caso**:

7.10.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

7.10.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

7.10.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

7.10.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7.10.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

7.10.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta;

8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.6. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

8.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

8.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.9. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 8.10.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste instrumento;
- 8.11.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 8.12.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.13.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 8.14.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.15.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.16.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.17.** Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 8.18.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 8.19.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 8.20.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 8.21.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.23. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.24. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

8.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

8.26. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nºs 6.496/77 e 12.378/2010);

8.27. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

8.28. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.29. Assegurar à CONTRATANTE:

8.29.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

8.29.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

8.30. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.31. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.32. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

8.33. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

8.34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante;

8.35. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;

8.36. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

8.36.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

8.36.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

8.36.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

8.36.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;

8.37. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução nº 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

8.37.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

8.37.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

8.37.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

8.37.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

8.37.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

8.37.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.37.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

8.37.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

8.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução nº 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

8.38.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

8.38.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

8.38.3. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

8.39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra;

8.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

8.41. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.42. Fornecer, quando for o caso, os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;

8.42.1. A elaboração dos projetos executivos, quando for o caso, deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

8.43. A empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.44. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta;

8.45. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

9.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

9.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no edital da licitação e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Será admitida a subcontratação PARCIAL do objeto licitatório;

10.1.1. A subcontratação dependerá de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

10.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanecerá a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução contratual serão aquelas previstas no edital da licitação.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12. ANEXOS

12.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

12.1.1. Planilha de Composição de BDI;

12.1.2. Termo de Justificativas Técnicas.